



DIREITO TRIBUTÁRIO



Estratégia
OAB

SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO TRIBUTÁRIO

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

ENUNCIADO

A Refinaria de combustíveis Brasil Petróleo fornece combustíveis à Distribuidora Gama que os vende para o Postos de Gasolina, que, por sua vez, revende-os a consumidores finais, sendo certo que todas as operações ocorrem dentro dos limites do Estado Y, em cuja capital estão domiciliadas as duas sociedades empresárias: a refinaria e a Distribuidora. No estado tem vigente Lei Ordinária que prevê a refinaria como substituta tributária do ICMS incidente nas operações subsequentes. Em abril de 2021, o Estado Y exigiu da refinaria todo o tributo incidente sobre a cadeia produtiva descrita. Assim, a refinaria recolheu o ICMS incidente na operação própria e também na operação subsequentes – isto é, o ICMS que incidiria na operação entre a refinaria, distribuidora e os consumidores finais. Dessa forma, para a verificação do valor a ser pago, o ICMS foi calculado sobre o valor presumido de venda dos combustíveis ao consumidor final. Ocorre que, para surpresa da refinaria, a Distribuidora Gama, resolveu, diante da crise econômica, comercializar as abaixo do valor que havia sido presumido. Com isso, a refinaria entendeu que a base de cálculo do imposto foi inferior àquela que havia sido presumida, razão pela qual, na prática, pagou, como contribuinte substituto, um valor de ICMS maior do que aquele que seria realmente devido. Diante disso, a refinaria que repassou todo o encargo para as operações subsequentes e a distribuidora serem clientes do seu escritório, as duas sociedades empresárias lhe expuseram os fatos narrados acima. Na qualidade de advogado redija a medida judicial adequada para condenar o Estado Y a restituir, em espécie, o valor do tributo pago a mais. (Valor: 5,00)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Determinado Estado da Federação, que resultou de recente desmembramento de um outro Estado, apresenta dificuldades de instituir, cobrar e fiscalizar seus impostos e por isso, optou por delegar a competência legislativa para os Municípios para que estes instituíssem seus tributos, bem como realizassem suas cobranças e promovessem a fiscalização e a administração, impondo aos Municípios o dever de repassar 75% (setenta e cinco por cento) das quantias arrecadadas ao Estado delegatário. Uma empresa prestadora de serviços de transportes de cargas e valores, compreendeu que poderia questionar a exigência dos tributos do referido Estado que delegou e, nesse sentido, pergunta-se:

A) É possível o Estado, na dificuldade de instituir e administrar, delegar e fiscalizar seus tributos? Em relação à exigência de permanecer com 75 % (setenta e cinco por cento) das quantias arrecadadas pelo Município, aponte os aspectos constitucionais dessa hipótese, justificando a possibilidade ou impossibilidade dessa repartição. Justifique a fundamente (Valor: 0,75)

B) Em relação a empresa prestadora de serviços que decide questionar a cobrança dos tributos que foram objeto de delegação, aponte quem deverá figurar no polo passivo da discussão administrativa ou judicial. Justifique e fundamente. (Valor: 0,50)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Um jovem de 12 anos, auferir, mensalmente, 500.000,00 (quinhentos mil reais) e realiza a comercialização de produtos por meio da internet. Nesse caso, entende o jovem, em razão da sua absoluta incapacidade civil, estar dispensado de cumprir com as obrigações tributárias, razão pela qual, não procede ao recolhimento do tributo decorrente das operações acima mencionadas.

A) É possível que o jovem “Youtuber”, possa figurar no polo passivo de uma execução fiscal para a exigência das exações? Justifique, apontando os dispositivos legais pertinentes. (0,55)

B) Caso o jovem não possa adimplir os tributos, existe alguma hipótese de um terceiro responder pelo pagamento do tributo? Justifique, apontando os dispositivos legais pertinentes. (0,70)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

A União ajuizou execução fiscal contra a pessoa jurídica Beta Ltda. e de Marcelo, diretor da pessoa jurídica, cujo nome estava indicado na certidão de dívida ativa (CDA), para a cobrança de valores relativos ao PIS, Cofins e CSLL, supostamente devidos. De acordo com a União, a atribuição de responsabilidade de Marcelo estaria correta, tendo em vista o inadimplemento do tributo pela Beta Ltda. Diante desse caso, responda, de forma fundamentada, aos itens a seguir.

A) A inclusão de Marcelo como responsável tributário, em razão do mero inadimplemento do tributo pela pessoa jurídica Beta Ltda., está correta? (Valor: 0,60)

B) Caso a execução fiscal tivesse sido ajuizada somente em face da pessoa jurídica, a União teria que demonstrar algum requisito para a inclusão do Diretor no polo passivo da execução fiscal? (Valor: 0,65)

1

2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Determinada sociedade empresária foi autuada em 25% do valor do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e de Serviços (ICMS) devido, em razão do preenchimento incorreto de determinado documento fiscal. Ato contínuo, os advogados identificaram erros na autuação e no curso do processo administrativo que questionava o procedimento realizado pela Fazenda estadual, uma nova lei foi publicada, estabelecendo nova penalidade para os casos de preenchimento incorreto de documentos fiscais, agora no percentual de 15% do valor do imposto. Embora pendente a decisão da impugnação, o Fisco Estadual inscreveu a sociedade em dívida ativa, assinalando, no termo de inscrição, a penalidade anterior, de 25%. Com base nessas informações e de acordo com o disposto no CTN, responda aos itens a seguir.

- A) O fisco poderia ter inscrito o contribuinte em dívida ativa naquele momento? Justifique. (Valor: 0,65)
Justifique, apontando os dispositivos legais pertinentes.
- B) O percentual da multa que foi assinalado no ato de inscrição em dívida ativa está correto? Justifique, apontando os dispositivos legais pertinentes. (Valor: 0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

